



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

SECRETARIA: Secretaria de Logística e Transportes

UNIDADE: Departamento de Estradas de Rodagem – DER

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Informações sobre processo administrativo. Fornecimento parcial após diligências da OGE. Facultado acesso direto do interessado. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 242/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado ao Departamento de Estradas de Rodagem, número SIC em epígrafe, para acesso a processo administrativo.
2. Em resposta, o ente afirmou que seria necessário saber a quais documentos o solicitante se referia e que a Procuradoria do órgão não se manifesta sobre pedidos administrativos, exceto em casos de multa. O silêncio do ente em esfera recursal ensejou o apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a sanar a supressão de instância, manteve a resposta anterior. Instado a complementar as informações, enviou laudo assinado por engenheiro responsável pelo processo. Cientificado, o interessado protestou por uma resposta. Em nova diligência realizada pela Ouvidoria Geral, o ente esclareceu ser possível facultar ao interessado o acesso direto ao expediente físico do processo para consulta, comunicando modo e local para tanto. Novamente cientificado, o solicitante mostrou-se inconformado.
4. A análise dos autos permite concluir que a resposta do ente encontra-se em sintonia com a sistemática da legislação vigente, nos termos do artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação, uma vez não ter havido negativa de acesso à informação, mas sim a disponibilização dos últimos andamentos do processo administrativo e possibilidade de consulta direta aos autos físicos dos expedientes pelo interessado.
5. Neste aspecto, a Lei de Acesso à Informação é clara ao prever a possibilidade de informação ao requerente, por escrito, do lugar e da forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, caso os documentos solicitados estejam disponíveis ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, em seu artigo 11, §6º,

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

procedimento que desonera o ente da obrigação de seu fornecimento direto, tendo sido o caminho trilhado na situação ora em apreço.

6. Diante do exposto, considerando que não houve negativa de acesso à informação por parte do ente público e que foram fornecidas informações sobre o expediente em questão e meios alternativos para consulta dos documentos, **conheço do recurso**, e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 11, caput e §6º, da Lei de Acesso à Informação, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 27 de outubro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO